

A atualidade de uma pergunta: que significa, pois, esclarecimento?

The topicality of a question: What is enlightenment?

 10.21680/1983-2109.2023v30n63ID34231

Fábio Caires Correia

fabio.caires@unesp.br (UNESP)

Oneide Perius

oneidepe@yahoo.com.br (UFT)

Resumo: Autonomia do indivíduo, liberdade como autodeterminação, menos poder, sejam eles quais forem, religiosos, morais, corporativos, legais, políticos etc.: eis as grandes promessas da Modernidade. A liberdade esclarecida é a liberdade pela razão que se orienta para o geral e para o público, em oposição à razão que responde ao particular e ao privado. Por múltiplas razões, convém fazermos um balanço, perguntando-nos onde nos levou a utopia moderna da autonomia, liberdade e emancipação, mais ainda,

porque hoje esse esclarecimento se tornou algo mais do que uma mera questão. Chegamos, de fato, à maioria? Depois de mais de dois séculos de triunfo das ideias iluministas, podemos dizer que estamos na sociedade da razão esclarecida? Nossas sociedades, sustentadas pelas máximas do Iluminismo, atingiram um estágio de progresso? Se é possível falarmos que houve uma melhoria em termos legais, podemos dizer o mesmo em termos morais? São essas e outras questões que o presente artigo objetivo discutir desde o célebre texto Resposta à pergunta: o que é Esclarecimento, de Immanuel Kant.

Palavras-chave: Autonomia. Liberdade. Emancipação. Esclarecimento.

Abstract: Individual autonomy, freedom as self-determination, less power, whatever they may be, religious, moral, corporate, legal, political, etc.: these are the great promises of Modernity. Enlightened freedom is freedom by reason that is oriented towards the general and the public, as opposed to reason that responds to the particular and the private. For multiple reasons, it is worth taking stock, asking ourselves where the modern utopia of autonomy, freedom and emancipation has led us, even more so, why today this clarification has become something more than a mere question. Have we, in fact, reached adulthood? After more than two centuries of the triumph of Enlightenment ideas, can we say that we are in a society of enlightened reason? Have our societies, supported by the maxims of the Enlightenment, reached a stage of progress? If it is possible to say that there has been an improvement in legal terms, can we say the same in moral terms? These and other questions are what these paper aims to discuss from the famous text An answer to the Question: What is Enlightenment, by Immanuel Kant.

Keywords: Autonomy. Freedom. Emancipation. Clarification.

Há 240 anos, no dia 05 de dezembro de 1783 para sermos mais exatos, Kant respondia ao crítico do

Jornal Mensal de Berlim o que seria para ele esclarecimento. Esclarecimento, dirá o filósofo, “é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo” (KANT, 1974, p. 100). Menoridade, em outros termos, é resultado do estado de apatia causado pelas comodidades às quais o sujeito impõe (e são impostas) a si mesmo. Podemos recusar a pensar quando há outros que por mim o fazem. A preguiça e a covardia são causas incontestáveis à atrofia do pensamento.

Maioridade é o seu inverso. É ter a coragem de te servir de teu próprio entendimento sem a tutela de outrem. A expressão kantiana, emprestada do poeta romano Horácio, é *Sapere Aude*, ouse saber. O tempo é outro. A atualidade do texto kantiano é, sem dúvidas, latente e potente. Latente porque a dinâmica social e as estruturas de fragilização do sujeito são infinitamente maiores e, por consequência, mais fortes e dominantes. Potente porque Kant aponta para uma questão fundamental para nossos tempos, repetida ad absurdum por Paulo Freire: toda educação é/deve ser política, i.e., para uso público e livre do entendimento. Toda educação deve conduzir o sujeito à emancipação. O sujeito do (ou para o) esclarecimento, portanto, não é uma máquina de repetições de comportamentos, pensamentos e ações tuteladas pelas forças sociais vigentes. Tal sujeito é o da razão pública, do espaço público.

No surgimento da época e do espírito que chamamos de Modernidade, foi decisiva a mudança conhecida como subjetivação do mundo da vida, o voltar-se do homem para si mesmo. Subjetivação que consiste em encerrar o sujeito em seu próprio pensamento para conhecer, obter ou elaborar critérios de julgamento sobre o mundo externo, sobre o mundo das coisas, inclusive do próprio homem. É isso que faz magistralmente Descartes ou mesmo o próprio Kant. Ou seja,

a subjetivação do objeto e da verdade e o sentido do mundo são determinados pelo sujeito pensante, isto é, pelo pensamento (penso logo existo). Sem a reivindicação do sujeito não há liberdade – no sentido moderno – e, portanto, não há razão livre.

Esses precedentes permitem entender por que o filósofo prussiano concebe o Esclarecimento com base na liberdade da razão como liberdade de pensar e de expressar o que se pensa. Da mesma forma, refere-se ao pensamento da razão livre do cidadão, da independência intelectual do filósofo, não do oficial, pois só a daquele/daqueles é uma razão pública que precisa ser expressa dessa forma. Pode-se dizer que sua proposta coloca o Esclarecimento como consagração, ápice, da Modernidade: autonomia do indivíduo, mais liberdade como autodeterminação, independentemente das coisas que a liberdade deseja e menos poder, sejam eles quais forem, religiosos, morais, corporativos, legais, políticos etc., eis as grandes propostas da Modernidade. A liberdade esclarecida é a liberdade pela razão que se orienta para o geral e para o público, em oposição à razão que responde ao particular e ao privado.

Bem, por múltiplas razões, convém fazermos um balanço, perguntando-nos onde nos levou a utopia moderna da autonomia, liberdade e emancipação, mais ainda, porque hoje esse esclarecimento se tornou algo mais do que uma mera questão. Chegamos, de fato, à maioria? Depois de mais de dois séculos de triunfo das ideias iluministas, podemos dizer que estamos na sociedade da razão esclarecida? Nossas sociedades, sustentadas pelas máximas do Iluminismo, atingiram um estágio de progresso? Se é possível falarmos que houve uma melhoria em termos legais, podemos dizer o mesmo em termos morais?

Inegavelmente, Kant deu a tônica do projeto filosófico da modernidade, isto é, nos tornou conscientes de uma força

que não acreditávamos que tínhamos. A razão, esta capacidade de organizar nossa vida e nossa sociedade sem a tutela de forças míticas ou autoridades dogmaticamente estabelecidas, passa a fazer parte de nosso horizonte de experiências. A exigência posta, portanto, é a de sermos corajosos o suficiente para usá-la. No entanto, tão fortes como soam as exortações kantianas, são também os desafios que as sociedades modernas apresentam ao sujeito racional. Estruturas de dominação profundamente enraizadas nas lógicas de organização das sociedades e, também, nos indivíduos, são barreiras que fazem da força propulsora das ideias modernas não apenas uma realidade linear e progressiva. A dialética da modernidade, o jogo entre o impulso emancipatório da razão e da exigência de maioridade e as forças regressivas e sutis que se lhe antepõem, tem aí o seu início.

E esta dialética tem um longo percurso. Começa com Marx, que mostrou como a estrutura social do capitalismo nascente esconde o caráter mítico da exploração e dominação que solidifica, por traz de sofisticadas ideologias que apresentam esse novo tempo como sendo o reino da liberdade. O aparato social que se sustenta a partir da redução do trabalhador a um “valor de troca”, isto é, a uma quantificação, nega radicalmente a autonomia racional a favor da qual Kant advogava. Não há autonomia, autodeterminação, em um sistema que coisifica. Nas sociedades do capitalismo industrial nascente, assim, a maioridade não passa de uma utopia distante, quando não uma ideia justificadora de seu exato oposto. No entanto, o conceito de alienação (*Entfremdung*), com o qual o filósofo pretende compreender este fenômeno de um estranhamento do ser humano em relação aos seus próprios produtos e, por fim, em relação a si mesmo, não tem apenas um sentido econômico. Várias são as camadas e focos da crítica marxiana: desde a religião, passando pela política e chegando até a economia. O efeito alienante é produzido por

tudo aquilo que separa o ser humano de suas capacidades e potencialidades. O ser humano, que na modernidade toma consciência do fato de ser o sujeito de sua própria história, vê-se novamente capturado para dentro de ideologias que são amplamente capazes de neutralizar essa sua força constituinte. A tradição da crítica, inaugurada por Kant, continua, dessa maneira, viva na filosofia de Marx.

Outro autor que levou adiante a dialética da modernidade, isto é, o balanço de como ao longo da história do século XIX foi sendo traçado o destino da capacidade humana de autodeterminação, foi Nietzsche. Para este, o *übermensch* (além-do-homem) é justamente aquele criador supremo, aquele que não mais se orienta a partir dos valores enraizados na cultura, mas aquele que em um tempo de “crepúsculo dos ídolos”, consegue romper com todos os caminhos que nos foram prescritos e consegue, assim, inaugurar novas rotas. No entanto, tanto quanto faz a afirmação suprema da inocência e da força dos verdadeiros criadores, Nietzsche está plenamente consciente das dificuldades desta tarefa. A sedução das autoridades e dos fundamentos que alicerçaram a construção da cultura é muito forte e o medo de abandonar o porto seguro, na maioria das vezes, sobressai em relação à coragem de fazer uso do próprio entendimento. Em geral, a atitude iconoclasta é usada para aliviar-se do peso de senhores e ídolos demasiadamente exigentes. O niilismo de aceitar a fragmentação e destruição das autoridades, que poderia se realizar em nome da potência criadora de um novo tempo e de um novo ser humano, em geral, se paralisa no instante destrutivo. E, como dizia Franco Volpi (1999, p.105), “altares abandonados acabarão por aninhar demônios”.

Freud, apresentado por Paul Ricoeur como o terceiro entre os “mestres da suspeita”, leva adiante o empreendimento moderno de tematizar as forças que nos

controlam para além de nossa consciência. De modo bastante original, como é sabido, para o médico vienense estas forças não são externas, mas sim, nos constituem intimamente. Estão tão enraizadas que, em grande parte, não tenho nenhuma consciência delas. Portanto, o que Freud traz para o centro da análise filosófica, são os processos de subjetivação. Antes de sermos sujeitos estritamente racionais e plenamente conscientes de nós mesmos, precisamos mergulhar no processo constitutivo de nossa identidade para perceber as forças ocultas que atuam em nós. Uma crítica da razão, neste sentido, precisa partir de uma psicanálise do sujeito. Como bem aponta Adorno (2015, p. 52) em sua leitura de Freud, “quanto mais profundamente a psicologia sonda as zonas críticas no interior do indivíduo, tanto mais pode perceber de forma adequada os mecanismos sociais que produziram a individualidade”. Ou seja, se não nos deixarmos deslumbrar por uma leitura biologista da teoria freudiana, poderemos efetivamente utilizar esta perspectiva teórica inaugural para nos auxiliar no processo de crítica da razão, tão caro ao programa filosófico da modernidade.

Vemos, portanto, que o projeto kantiano de conduzir a humanidade à maioridade, marcou e continua marcando o destino da reflexão filosófica contemporânea. Todos aqueles e aquelas que acreditam na capacidade humana de resolver os conflitos de modo não-violento, e acreditam em uma pedagogia da razão, inevitavelmente se colocam no horizonte teórico do filósofo de Königsberg. Ainda assim, o horror e violência, a coerção e o medo, continuam amplamente entranhados em nossa realidade concreta. Inúmeros exemplos poderiam ser aqui indicados, desde totalitarismos sangrentos até sistemas discriminatórios bastante sutis. O elemento regressivo, em outras palavras, ainda costura amplamente o nosso tecido social. E é neste sentido que no início de seu célebre livro *Dialética do Esclarecimento*, Adorno e Horkheimer, exilados nos Estados Unidos por conta do horror

nazista que então havia tomado a Europa, podem escrever: “se o esclarecimento não acolhe dentro de si a reflexão sobre este elemento regressivo, ele está selando seu próprio destino” (ADORNO; HORKHEMIER, 1985, p. 13). O projeto kantiano, dito de outra maneira, não é uma celebração ingênua de uma humanidade liberta do mito e da violência. Ai invés disso, é a corajosa enunciação de uma tarefa.

Em nossa realidade atual, tal discussão parece extremamente relevante e, mesmo, urgente. Estamos na era dos algoritmos. Ou seja, há um sistema impessoal extremamente potente e organizado que capta nossas preferências e “gostos” e, a partir disso, cria bolhas artificiais que passam a nos cercar e nos dar a impressão de que o mundo todo nada mais é do que um espelho do eu. Desde redes sociais onde só interagimos com pessoas que pensam como nós, até aplicativos de música que são capazes de criar playlists “personalizadas”. E somos assim instalados em um mundo unidimensional. E esses algoritmos que no início captam nossas preferências, rapidamente tornam-se, também, condutoras e fabricantes de “desejos”. Com uma sutileza impressionante somos capturados para dentro destes sistemas que nos moldam e moldam o mundo para nós. E assim, imediatamente, ressoam novamente as palavras de Kant: “Para este esclarecimento, porém, nada mais se exige senão liberdade. E a mais inofensiva entre tudo aquilo que se possa chamar liberdade, a saber: a de fazer um uso público da razão em todas as questões.” Ou seja, a maioria não está de nenhum modo garantida pela ilusão de liberdade que temos em nossos dias. Ao desaparecerem, ou ao menos rarearem, os sistemas explícitos de violência e dominação, inicia-se uma era onde isso se dá de forma bastante diversa. No âmbito do pensamento político, como bem mostrou Jean Baudrillard, o modelo da dominação, ainda inteligível desde a dialética do senhor e do escravo de Hegel, ou seja, desde uma lógica

dialética entre dominador e dominado, teria sido substituído pelo modelo da hegemonia:

Interiorizamos a ordem mundial e seu dispositivo operacional, dos quais somos reféns bem mais do que escravos. O consenso, voluntário ou involuntário, substituiu a boa e velha servidão. Se a dominação passava por um sistema autoritário de valores positivos, a hegemonia contemporânea passa, ao contrário, por uma liquidação simbólica de todos os valores (BAUDRILLARD, 2005, p.7).

Portanto, talvez neste momento estejamos em condições de perceber, ainda que por meio desta breve história do projeto de uma humanidade esclarecida e de seus obstáculos, a atualidade da pergunta kantiana. Walter Benjamin, em certa ocasião, falando de Goethe, fez uma afirmação muito interessante que, neste caso, parece se aplicar perfeitamente a Kant: “a história das obras prepara sua crítica e, por isso, a distância histórica aumenta sua força.” (BENJAMIN, 1991, p. 125-126). Ou seja, somos nós os destinatários da pergunta kantiana. E se em sua época o filósofo nos apontou uma resposta, em nossos dias precisaremos ter a sabedoria e, sobretudo, a coragem de, usando nosso entendimento, encontrar nossa própria: Sapere Aude.

Referências

- ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Trad: Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- BENJAMIN, Walter. *Goethes Wahlverwandtschaften*. In: BENJAMIN, Walter. *Gesammelte Schriften*. (Sieben Bände in 14 Teilbänden). (Unter Mitwirkung von Theodor W. Adorno und G.Scholem; herausgegeben von Rolf Tiedemann und Hermann Schweppenhäuser). Frankfurt: Suhrkamp, 1991.

BAUDRILLARD, Jean. *Carnaval/Canibal*. In: Revista FAMECOS, n.28, Porto Alegre, 2005.

KANT, Immanuel. *Resposta à Pergunta: que é Esclarecimento (Aufklärung)?*. Textos Seletos. Petrópolis: Vozes, 1974.

VOLPI, Franco. *Niilismo*. São

(Submissão: 09/10/23. Aceite: 25/01/24)